STJ00107305

Paulo de Barros Carvalho

Professor Titular de Direito Tributário da PUC-SP e da USP.

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

30ª edição

2019

saraiva jur

STJ00107305

ISBN 978-85-53602-68-1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Carvalho, Paulo de Barros

Curso de direito tributário / Paulo de Barros Carvalho. – 30. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3. Direito tributário - Legislação - Brasil I. Título.

18-1068 CDU 34:336.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação e revisão Microart Design Editorial
Capa Deker Design

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento EGB-Editora Gráfica Bernardi Ltda

Data de fechamento da edição: 29-11-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605147 CAE 630555

STJ00107305

SUMÁRIO

Plano da Obra 7
Prefácio à 30ª Edição 19
Prefácio à 29ª Edição 21
Prefácio à 28ª Edição 23
Prefácio à 26ª Edição 25
Prefácio à 25ª Edição 27
Prefácio à 14ª Edição 29
Prefácio à 13ª Edição 31
Prefácio à 7ª Edição 33
Prefácio à 4ª Edição 35
Introdução 37

Capítulo I
DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito positivo e Ciência do Direito 39
2. A linguagem do legislador e a linguagem do jurista 41
3. Texto de direito positivo e norma jurídica 44
4. Sistemas jurídicos — sistema do direito posto e sistema da Ciência do Direito 47
5. O conjunto das normas válidas como objeto da Ciência do Direito 48
6. Conceito e definição de Direito Tributário positivo e de Ciência do Direito Tributário — o falso problema da autonomia 49
7. Outras denominações da disciplina 52

Capítulo II
TRIBUTO

1. Acepções do vocábulo "tributo" 55
2. A definição do art. 3º do Código Tributário Nacional 59

STJ00107305

3. Tipologia tributária no Brasil — o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo 62
4. O art. 4º do Código Tributário Nacional — denominação e destino do produto da arrecadação 63
5. Empréstimo compulsório 64
6. O imposto como tributo não vinculado à atuação do Estado.. 67
7. Taxas cobradas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício regular do poder de polícia 71
8. Contribuição de melhoria 73
9. Das contribuições 74

Capítulo III

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Fontes do direito 79
2. Fontes do direito positivo e fontes da Ciência do Direito 85
3. A doutrina 86
4. Instrumentos introdutórios de normas tributárias no Direito brasileiro — instrumentos primários e secundários 87
5. Instrumentos primários 89
6. Instrumentos secundários 102
7. Vício formal e vício material 104
8. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional 107

Capítulo IV

VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. O problema da existência, da validade e da eficácia das normas jurídicas 111
2. A questão da vigência 114
3. A vigência das normas tributárias no tempo 116
4. A vigência das normas tributárias no espaço 117
5. Vigência e aplicação das normas jurídicas 118
6. Aplicação das normas tributárias 119

STJ00107305

7. A aplicação das normas tributárias e a retroatividade 121
8. Métodos de interpretação do direito — a interpretação sistemática 123
9. A interpretação do direito como um sistema de linguagem 126
10. O tema da interpretação na disciplina do Código Tributário Nacional 129
11. O percurso da construção de sentido — modelo de interpretação que pode ser aplicado ao direito tributário a partir da análise do discurso 134
12. A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade 155

Capítulo V

SISTEMA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

1. Noção de sistema 157
2. Classificação dos sistemas 159
3. Sistema jurídico — dois corpos de linguagem 161
4. Direito positivo: ordenamento ou sistema? 164
5. Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria autopoiética do direito 166
6. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser 170
7. Regras de comportamento e regras de estrutura..... 171
8. Sistema constitucional brasileiro..... 173
9. O subsistema constitucional tributário 174
10. Princípios constitucionais gerais..... 175
11. Princípios constitucionais tributários 189

Capítulo VI

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

1. A noção corrente de imunidade tributária — avaliação crítica .. 201
2. Conceito e definição do instituto — sua natureza jurídica..... 212
3. Paralelo entre imunidade e isenção 215
4. A imunidade recíproca..... 216

STJ00107305

5. A imunidade dos templos de qualquer culto 219
6. A imunidade dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais 219
7. A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão 220
8. A imunidade das produções, fonogramas e videofonogramas musicais 221
9. Outras hipóteses de imunidade 222
10. Imunidades de taxas e de contribuições 223

Capítulo VII

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. A Lei n. 5.172/66, em face da Constituição de 1988 225
2. Normas gerais de Direito Tributário na estrutura do Código Tributário Nacional 226
3. Breve escorço histórico e as duas mais importantes interpretações do art. 18, § 1º, da Carta de 1967 228
4. A previsão do art. 146 da Constituição vigente 232
5. O tema da hierarquia da lei complementar 234
6. Hierarquia formal e hierarquia material 236
7. Exegese sistemática e compreensão do alcance das normas gerais de Direito Tributário 238
8. Conclusões 240

Capítulo VIII

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Competência tributária e capacidade tributária ativa 243
2. Sobre as características da competência tributária 246
3. Competência residual e extraordinária 253
4. Considerações a respeito da competência como objeto de disciplina do Código Tributário Nacional 256
5. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade 260
6. Exercício da competência — a edição das normas tributárias . 264
7. Normas tributárias em sentido amplo e em acepção estrita..... 265
8. A regra-matriz de incidência — sua estrutura lógica — hipótese e consequência 267

STJ00107305

Capítulo IX

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. HIPÓTESE TRIBUTÁRIA E FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Delimitação do conteúdo de "fato puro", "fato contábil" e "fato jurídico" 271
2. O caráter exclusivamente jurídico do chamado "fato gerador" .. 279
   2.1. A respeito da doutrina que recomenda a preferência do conteúdo à forma 280
3. A expressão equívoca "fato gerador" 283
4. Hipótese tributária e fato jurídico tributário 285
5. A subsunção do fato à norma e a fenomenologia da incidência 286
6. Hipótese — sua integridade conceptual — fatos jurídicos tributários simples e complexos 289
7. Os critérios da hipótese: material espacial e temporal 292
   Critério material 293
   Critério espacial 296
   Critério temporal 298
8. Crítica à classificação dos fatos geradores em função do momento de sua ocorrência 302
9. O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional 306
   Crítica ao art. 116 309
   Art. 117 312
   Crítica ao art. 117 315
   Art. 118 316

Capítulo X

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. O CONSEQUENTE DA NORMA E AS RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS

1. A consequência ou "prescritor" da norma tributária — seus critérios 319
2. Relação jurídica e relações jurídicas tributárias 320
3. A obrigação tributária e os deveres instrumentais ou formais .. 325

STJ00107305

4. A obrigação tributária no Código Tributário Nacional..... 327
5. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito ativo 332
6. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito passivo 335
7. Sujeito passivo e domicílio tributário 337
8. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva — capacidade para realizar o fato jurídico tributário e capacidade para ser sujeito passivo de obrigações tributárias 339
9. Sujeito passivo e solidariedade 346
10. Sujeito passivo e responsabilidade tributária 349
11. O critério quantitativo — a definição da dívida tributária 355
12. A base de cálculo na Teoria Geral do Direito Tributário 357
Bases de cálculo normativas e fácticas..... 363
A expressão "base de cálculo"..... 364
Base de cálculo e capacidade contributiva 364
13. A alíquota 367

Capítulo XI
SÍNTESE DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA

1. Visão da regra-matriz de incidência na sua integridade constitutiva..... 371
2. Esquema lógico de representação formal — explicação dos símbolos..... 373
3. A função operativa e prática do esquema da regra-matriz de incidência — exemplos de aplicação no direito positivo brasileiro 375

Capítulo XII
CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO

1. Enunciados e objetos da experiência — "fato" como enunciado protocolar — a constituição jurídica do "fato"..... 382
2. O evento previsto em norma e a chamada "relação jurídica efectual"..... 387
3. O fato jurídico tributário e seu efeito peculiar: instaurar o vínculo obrigacional..... 388

STJ00107305

4. A natureza do crédito tributário — crédito e obrigação 390
5. O crédito tributário no Código Tributário Nacional 391
6. Sobre a norma individual e concreta que documenta a incidência 393
7. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta relativa à percussão tributária 395
8. Lançamento tributário — o problema semântico 396
9. Demarcação conceptual do vocábulo "lançamento" 401
10. Lançamento tributário: norma, procedimento e ato 408
11. Lançamento e a teoria dos atos administrativos 411
12. Definição de lançamento tributário 412
13. As cláusulas da definição satisfazendo a estrutura do ato 421
14. A norma jurídica do ato de lançamento e a norma que figura como seu conteúdo 424
15. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário 425
16. Sobre o conteúdo do ato de lançamento 429
17. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento 429
18. Lançamento provisório e definitivo 431
19. Lançamento e auto de infração 433
20. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário 435
21. Alterabilidade do lançamento no direito positivo brasileiro 437
22. Modalidades de lançamento — crítica 443
23. Aspectos do lançamento no Código Tributário Nacional 444
24. A norma jurídico-tributária, individual e concreta produzida pelo sujeito passivo 449
25. A linguagem produtora da norma individual e concreta e o momento em que ingressa no sistema positivo 451

Capítulo XIII
SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. A suspensão é da exigibilidade e não do crédito 453
2. As hipóteses do art. 151 da Lei n. 5.172/66 454
3. O instituto da moratória e sua disciplina jurídico-tributária 455
4. O depósito do montante integral do crédito 459
5. As impugnações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do procedimento administrativo tributário 459

6. A concessão de medida liminar em mandado de segurança..... 460
7. A concessão de tutela de urgência ou de evidência, de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial 461
8. O parcelamento..... 462

Capítulo XIV
EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Possibilidades teóricas de extinção das relações jurídicas 463
2. A extinção do crédito é concomitante ao desaparecimento do vínculo obrigacional..... 464
3. Causas extintivas no Código Tributário Nacional..... 465
4. Pagamento e pagamento indevido 466
5. Compensação..... 473
6. Transação 474
7. Remissão 475
8. Decadência..... 476
9. Prescrição..... 481
10. Conversão de depósito em renda 486
11. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento 487
12. A consignação em pagamento..... 489
13. A decisão administrativa irreformável..... 490
14. A decisão judicial passada em julgado..... 491
15. A dação em pagamento em bens imóveis na forma e condições estabelecidas em lei..... 492

Capítulo XV
"EXCLUSÃO DO CRÉDITO" TRIBUTÁRIO

1. O significado da "exclusão do crédito" e as causas excludentes previstas no Código Tributário Nacional..... 493
2. Crítica às teorias sobre a isenção 495
3. Fenomenologia das isenções tributárias..... 499
Conclusões a propósito da fenomenologia das isenções 505
4. As regras jurídicas sobre isenção no Código Tributário Nacional..... 506
5. Conceito jurídico de anistia fiscal 509

STJ00107305

6. As prescrições do Código Tributário Nacional sobre anistia.... 510
7. Considerações finais 512

Capítulo XVI
INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Direito e coatividade 513
2. Sanção — acepções da palavra 514
3. Algumas palavras sobre a norma secundária..... 515
4. A estrutura lógica da regra sancionatória — infração e sanção 519
5. A infração como hipótese normativa da regra sancionatória — seu núcleo constante..... 520
6. Os crimes fiscais como hipótese normativa da regra sancionatória 521
7. Espécies de infrações tributárias 522
8. As figuras do "abuso de direito" e da "fraude à lei" no ordenamento jurídico tributário brasileiro 527
9. As infrações no Código Tributário Nacional 530
10. A sanção como consequente normativo 538
11. Espécies de sanções tributárias 540
12. Os excessos sancionatórios..... 550
13. Responsabilidade dos sucessores..... 552
14. Responsabilidade de terceiros 559
15. Responsabilidade por infrações..... 564
16. Tipicidade, vinculabilidade da tributação e denúncia espontânea 565

Capítulo XVII
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Garantias do crédito tributário..... 571
2. Garantias no CTN e outras garantias expressamente previstas em lei..... 571
3. Bens que respondem pelo pagamento do crédito tributário.... 576
4. Presunção de fraude na alienação de bens 580
5. Os privilégios do crédito tributário..... 581

STJ00107305

6. O crédito tributário nos processos de falência do devedor 583
7. O crédito tributário nos processos de inventário, de arrolamento e na liquidação das pessoas jurídicas 585
8. Necessidade de quitação 585

Capítulo XVIII
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. A atividade de administração tributária em face da lei 589
2. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias..... 590
3. O dever de sigilo e o auxílio de força pública 594
4. Dívida ativa 596
5. Certidões negativas..... 598

Bibliografia 603